

Categoria aguarda início do pagamento do DSR ainda em outubro

A diretoria do Sindiagua protocolou, no dia 04/10, ofício direcionado à presidência da Cagece informando que a proposta de pagamento do DSR apresentada pela empresa foi aceita pelos trabalhadores que aguardam o recebimento do benefício referente ao período de janeiro de 2006 a fevereiro de 2008. Ao todo, mais de 600 trabalhadores foram prejudicados e reivindicam a quitação da dívida.

O Sindiagua fez uma consulta por telefone a estes trabalhadores sobre a proposta de quitação apresentada e discutida com o sindicato. Todos que foram consultados aceitaram a forma de pagamento que prevê parcelamento em até 24 vezes.

O Sindiagua aguarda agora que seja efetuado o pagamento da primeira parcela ainda no mês de outubro, prazo estipulado pela Cagece caso o Sindiagua desse retorno sobre a proposta da companhia até o dia 10. “Cumprimos nossa parte com bastante antecedência. Esperamos agora que a Cagece não atrase o início do pagamento do DSR, tendo em vista que a categoria esperou muito tempo para encontrar uma solução para este impasse”, afirmou Jadson Sarto, presidente do Sindiagua.

O Sindiagua avisa que vai se manter alerta e acompanhar o pagamento de todas as parcelas, bem como o cumprimento do acordo estabelecido entre categoria e a Cagece.

Privatização da água no Ceará ainda é uma ameaça

A ameaça de privatização novamente parece rondar a Cagece. Há algum tempo o Sindiagua vem tendo acesso a notas publicadas em informativo de empresas do ramo de venda de ações que divulgam uma suposta intenção do Governador Cid Gomes de privatizar a Cagece. No início do ano, o Sindiagua chegou a enviar ofício ao governador Cid Gomes e à secretaria das Cidades pedindo esclarecimento sobre o assunto e repudiando qualquer tentativa de privatização da companhia.

Em resposta, a Cagece informou que a privatização não faria parte das diretrizes do governo. No entanto, no último dia 3 de outubro, mais uma nota trouxe o assunto de volta. O texto, publicado no mesmo boletim das vezes anteriores, afirma que **“Cid Gomes está escrevendo a privatização da Cagece por linhas tortas”**

Segundo a nota, o Governador Cid Gomes estaria fechando uma PPP que seria um “test drive” para privatizar a Cagece.

O Sindiagua mais uma vez reafirma: nenhuma tentativa de privatização da empresa será aceita pela entidade. A história de luta do Sindiagua e dos trabalhadores do setor de saneamento comprovam que a privatização da água é repudiada pela categoria, pelos movimentos populares e pela sociedade civil. As experiências neoliberais de privatização no Estado trouxeram graves prejuízos ao trabalhador e à população, como demissões em massa, aumentos exorbitantes de tarifa e queda na qualidade do serviço.

A diretoria do Sindiagua já encaminhou novo ofício à Cagece solicitando uma reunião para que novos esclarecimentos prestados sobre o assunto. Estamos vigilantes!

Cagece cria comitê para discutir unilateralmente realização do concurso público. Sindiagua não é convidado.

É de conhecimento de toda a categoria que o Sindiagua, há vários anos, vem constantemente reivindicando a realização do concurso público da Cagece. Seja nos boletins e informativos impressos, no site e twitter, nas reuniões da Mesa de Negociação Permanente (MENP), congressos ou nas campanhas salariais, o tema é sempre colocado em pauta pela direção da entidade. E não faltam motivos para isso. O último concurso da empresa foi realizado há 10 anos. Um descaso que vem comprometendo o atendimento à população no que diz respeito ao serviço de saneamento - setor que deveria ser tratado com prioridade absoluta pelo Governo do Estado. A defasagem fez com que a empresa aumentasse o número de terceirizados que hoje é três vezes maior que o de funcionários próprios. Os terceirizados exercem, inclusive, atividades-fim da empresa, o que é inconstitucional.

Finalmente a luta e a pressão dos trabalhadores parece que começa a surtir efeito, mas não da forma esperada. A Cagece nomeou um comitê interno que vai estudar as demandas da empresa e elaborar uma proposta de concurso público. Mas, mesmo sabendo que se trata de uma reivindicação histórica e justa da categoria, a diretoria da Cagece se negou a convidar o sindicato para fazer parte da Comissão. Não foram poucos os apelos do sindicato para que a entidade participasse da elaboração do edital de um novo concurso. Mas a companhia simplesmente ignorou a demanda dos trabalhadores.

“Não foi uma surpresa para nós do Sindiagua. A

Cagece adota a mesma postura do Governo do Estado quando se trata de interesses do trabalhador. Toma decisões unilaterais, sem diálogo. O Governo do Estado não gosta de ouvir o trabalhador. A última greve dos professores comprovou isso.”, avaliou Jadson Sarto, presidente do Sindiagua.

A diretoria do Sindiagua reivindica que, após os estudos realizados, o comitê apresente o termo de referência para o edital do concurso aos trabalhadores. “Vamos cobrar um concurso que atenda as reais necessidades da empresa, abrindo vagas para todas as áreas da companhia, especialmente a área operacional e de nível médio e técnico”, reforçou Jadson. O Sindiagua defende ainda que os critérios de seleção do novo concurso privilegiem profissionais que tenham experiência no setor de saneamento. “Seria uma iniciativa justa, pois existem trabalhadores terceirizados com vários anos de dedicação à empresa e que têm interesse em pleitear uma vaga”, analisa o presidente do Sindiagua. Por fim, o sindicato alerta a Cagece para que, com o novo concurso, não se repita a situação dos enquadramentos dos profissionais do grupo C e dos tecnólogos, que tem motivado diversos questionamentos.

O Sindiagua lembra ainda que o Governador do Estado, segundo relato do deputado estadual Lula Moraes (membro da direção do sindicato), assumiu compromisso de igualar o número de terceirizados e de funcionários próprios.

CTB realiza Seminário Nacional sobre Terceirização

Por deliberação do 1º Conselho Geral, a CTB vai realizar, nesta semana (10 e 11 de outubro), em São Paulo/SP, o Seminário Nacional sobre Terceirização. O secretário-geral da CTB, Pascoal Carneiro, destaca que, pela importância do tema e a partir do estatuto da Central, só haverá uma posição definitiva da CTB sobre a terceirização após o Seminário.

No Brasil, a política de terceirizações vem invadindo o serviço público de forma ostensiva, o que tem preocupado diversos movimentos sindicais. O avanço deste modelo está atingindo, inclusive, as atividades-fim, o que é considerado ilegal. No Congresso Nacional há projetos de lei que querem regulamentar a prática. Aqui no Ceará, Cagece e Cogerh são exemplos onde o

número de terceirizados é bem superior ao de funcionários próprios. No caso da Cagece, a proporção é de 3 terceirizados para cada cageciano. Já na Cogerh, a situação é pior: são 10 terceirizados para cada funcionário próprio.

Como solução, o Sindiagua vem reivindicando a realização de concurso público. “O concurso é a forma legal de contratação de funcionários. São cerca de 10 anos que as duas companhias não realizam concurso e isso tem prejudicado a capacidade de crescimento e atendimento das duas empresas”, observa Jadson Sarto, presidente do Sindiagua e da CTB/Ceará, que participará do seminário.

